

RELATÓRIO DE GESTÃO ANÁLISE DO BALANÇO E DAS CONTAS Ano de 2017



1. INTRODUÇÃO

O presente relatório complementa o Relatório de Actividades de 2017, tratando especialmente da análise, ainda que breve, das principais rubricas das Demonstrações Financeiras da Agência relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Tendo o exercício de 2017 sido em grande medida dedicado a atividade relativa à conclusão do 1.º ciclo de avaliação/acreditação de ciclos de estudos em funcionamento, com os reflexos daí decorrentes nos rendimentos do exercício, pareceu oportuno, para além da apresentação dos habituais quadros de resultados anuais, apresentar um quadro alargado de consolidação dos valores alcançados nas diferentes rúbricas dos gastos e rendimentos da atividade da Agência ao longo desse período (2009-2017), o qual permite compreender melhor os resultados apurados anualmente.

Pode ainda caracterizar-se o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 como um ano atípico, intercalado entre dois ciclos de avaliação regulares, dedicado, por um lado, como já se disse, à conclusão do 1.º ciclo de avaliação/acreditação de ciclos de estudos e, por outro, ao planeamento e organização da avaliação institucional e, por último, ainda à preparação do novo ciclo de avaliação e acreditação de ciclos de estudos, correspondente ao período 2017-2022.

Neste nono ano de actividade da Agência ocorreu, assim, como já se deixou entender, uma alteração significativa na composição dos rendimentos provenientes da cobrança de taxas de avaliação/acreditação de ciclos de estudos, resultante, sobretudo, da redução acentuada do número de avaliações de ciclos de estudos em funcionamento (ACEF's), a que se somou uma descida, ainda que de menor dimensão, do montante das taxas relativas à acreditação de novos ciclos de estudos (NCE's), que têm constituído em anos anteriores as duas principais rúbricas dos rendimentos da Agência.

Por outro lado, atendendo a que a realização das visitas da avaliação institucional (AINST/16) foi deslocada para 2018, no exercício de 2017 é reconhecida apenas uma parcela do valor das taxas cobradas a esse título, correspondente aos gastos

suportados no ano, sendo o reconhecimento do grosso desse valor transferido para o ano seguinte, em obediência ao princípio da especialização de exercícios, atendendo a que também parte substancial dos gastos relativos aos trabalhos da avaliação institucional terão lugar apenas em 2018.

Muito embora se verifique no exercício também uma redução significativa dos gastos variáveis, em resultado, como se referiu, da redução do número de avaliações ACEF's, houve ainda assim, tal como se esperava, um agravamento do resultado do exercício. Este resultado não afeta, porém, como já se explicou quando se apresentou o orçamento para 2018, a manutenção da estabilidade e do equilíbrio financeiro da Agência, devendo o mesmo ser compreendido no contexto das normais oscilações financeiras ocorridas ao longo do 1.º ciclo de avaliação/acreditação iniciado em 2009, agora em conclusão. Daí o interesse de análise do Quadro 3, à frente apresentado.

Como também se desenvolverá, o agravamento do resultado líquido fica a dever-se, sobretudo, aos três seguintes factores: 1) Uma diminuição acentuada (-69%) do valor das taxas ACEF reconhecidas como rendimento do exercício; 2) Uma diminuição das taxas provenientes da acreditação de novos ciclos de estudos (-16%); 3) O agravamento da queda das taxas de juro para depósitos a prazo, transversal a toda a banca, que reduziu ainda mais os resultados financeiros (-65%) em relação a 2016.

Por último, conforme já se referiu em relatórios dos anos anteriores, e de acordo com o previsto no diploma legal que criou a Agência, bem como nos seus Estatutos, a A3ES deixou de contar para o seu financiamento desde 2011, inclusive, com quaisquer dotações providas do Orçamento de Estado, passando o seu financiamento a depender apenas das suas receitas próprias, sendo estas resultantes do produto das taxas que está autorizada a cobrar a título dos procedimentos de avaliação e acreditação que, nos termos da lei, tem a seu cargo.

2. PRINCIPAIS FLUXOS DE PROVEITOS

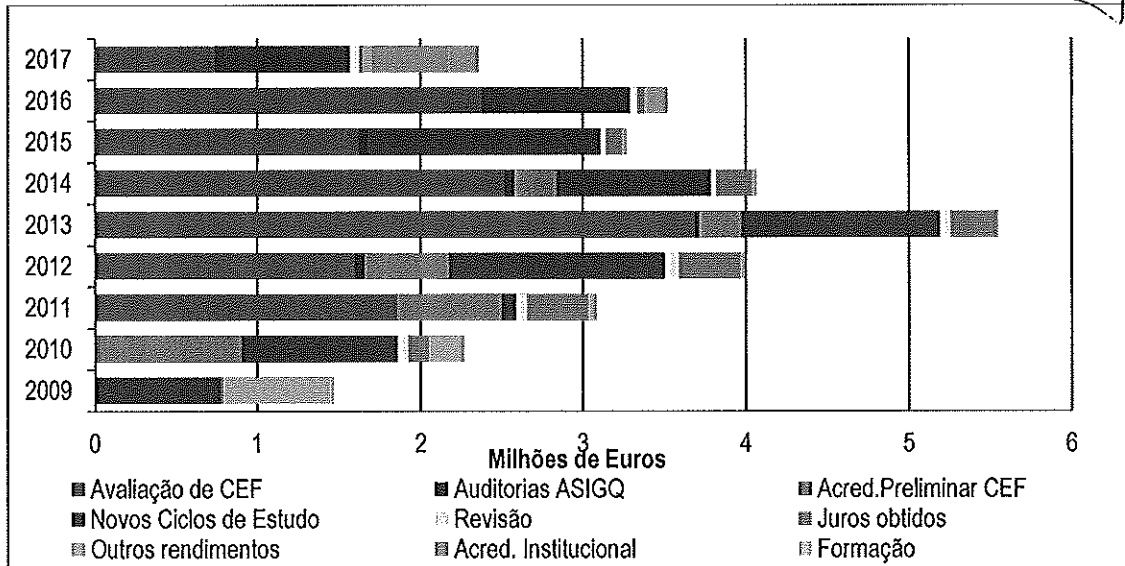
Tal como já se deixou perceber, durante o ano de 2017 diminuiu a relevância, nos rendimentos reconhecidos pela Agência, do produto das taxas de avaliação dos ciclos de estudos em funcionamento, que representam cerca de um terço (31% contra 67% em 2016) dos rendimentos totais reconhecidos (ver Gráfico 1). A acreditação prévia de novos ciclos de estudos, apresentou, também, uma quebra, em virtude da diminuição do número de pedidos de acreditação, passando a representar 32% dos rendimentos totais da Agência (contra 26% em 2016).

À semelhança do exercício anterior, em 2017 já não existiu o reconhecimento de rendimentos relativos à acreditação preliminar de ciclos de estudo em funcionamento, ocorrida em 2010, mas cujo proveito se decidiu diferir e reconhecer proporcionalmente até ao exercício de 2014.

O produto dos juros das aplicações financeiras perdeu ainda mais relevância no total dos rendimentos reconhecidos, em virtude da queda continuada das taxas de juro.

Estes rendimentos continuam a representar apenas 1% do valor total de rendimentos reconhecidos.

GRÁFICO 1 – RENDIMENTOS RECONHECIDOS



[Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]

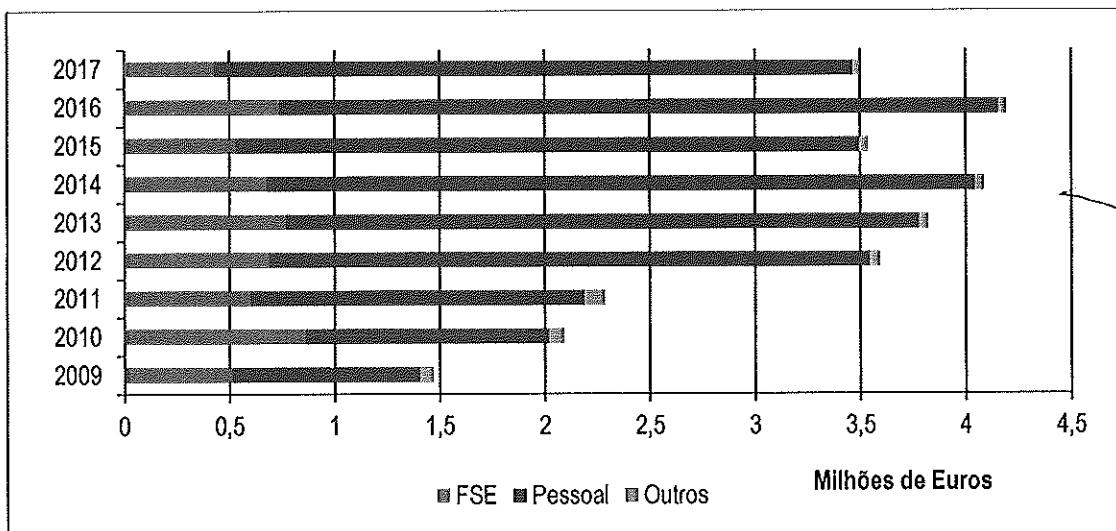
3. PRINCIPAIS RUBRICAS DE GASTOS

Os Gastos totais em 2017 foram inferiores em cerca de 692.000 euros aos registados no ano anterior. À semelhança do exercício de 2016, também neste exercício, as mais relevantes rubricas dos gastos foram os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Gastos com o Pessoal, ainda que em montantes inferiores ao exercício anterior. Em FSE's assumem particular relevo os Gastos com Deslocações e Estadas, resultantes das estadias dos membros das Comissões de Avaliação Externa (CAE), consequência das visitas às Instituições de Ensino Superior (IES) no âmbito da avaliação dos seus ciclos de estudos em funcionamento. Em virtude do menor número de processos que implicaram visitas desta natureza (-69%), efectuadas durante o ano de 2017, estes gastos foram também inferiores em 194.981 euros (menos 55% que em 2016).

Nos Gastos com o Pessoal, deve ser feita uma distinção entre os gastos fixos da estrutura de pessoal da Agência (56%) e os gastos variáveis que dizem respeito à remuneração do trabalho prestado pelos peritos externos que integram as CAEs (44%), gastos esses que variam em função do número de processos tratados e das visitas realizadas durante o exercício. Tal como já se referiu, devido ao menor número de visitas efectuadas em 2017, as remunerações processadas aos membros das CAE's registaram uma redução de 483.600 euros.

A composição dos Gastos Totais pode ser observada no gráfico seguinte:

GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DOS GASTOS RECONHECIDOS



[Handwritten signatures and initials]

4. ANÁLISE DO BALANÇO

4.1- ACTIVO NÃO CORRENTE

Em 2017 houve uma valorização dos activos fixos no montante de 27.850 euros devido, quase exclusivamente, à aquisição (em regime de leasing) de uma nova viatura ligeira, para substituição da antiga que se encontrava já totalmente amortizada. A valorização deve-se, assim, não ao valor de aquisição da viatura, que é relativamente semelhante ao anterior, mas antes ao recomeço do cálculo da sua depreciação.

Já os activos intangíveis, que se referem aos investimentos feitos no sítio da Agência na Internet, bem como na plataforma electrónica e demais *software*, constituindo estes os instrumentos fundamentais do modo de operação da Agência, não apresentam qualquer variação e encontram-se já totalmente amortizados. Como já havia sido explicado anteriormente, esta ausência de investimentos mais avultados na infra-estrutura informática fica a dever-se à utilização de *free software*.

4.2- ACTIVO CORRENTE

Nesta rubrica é mantido o critério, já utilizado nos anos anteriores, de contabilizar em "Clientes" as taxas de acreditação cuja data limite para pagamento fora já ultrapassada, mas que ainda não tinham sido liquidadas pelas instituições. À data de encerramento das contas estava apenas por liquidar uma taxa de acreditação, pelo que o saldo desta conta se apresenta como residual.

Por sua vez, o valor da conta "Estado e outros entes públicos" refere-se à retenção indevida de IRC sobre juros bancários, que se espera vir a recuperar em 2018, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores.

A rubrica "Diferimentos" respeita a rendas, seguros e outras despesas cujo fluxo financeiro de pagamento ocorreu em 2017, mas cujo gasto deverá apenas ser reconhecido em 2018. Constan também desta rúbrica os custos já incorridos com a

preparação das visitas relativas à Avaliação Institucional, por também ter sido diferido o valor proporcional do rendimento destas taxas para o ano de 2018, durante o qual se espera que as referidas visitas e os consequentes gastos de deslocação, alojamento e retribuição aos membros das CAE's tenham lugar.

Dos meios líquidos reportados em "Caixa e depósitos bancários" num montante global de 7.175.220 euros, cerca de 92% estão depositados a prazo em instituições bancárias portuguesas, ascendendo o montante desses depósitos a 6.600.000 euros à data de encerramento das contas.

4.3- CAPITAL PRÓPRIO

Conforme foi já referido em relatórios de anos anteriores, o valor presentemente contabilizado, de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística, em capital realizado, de 3.100.000 euros, corresponde à soma do valor da dotação inicial do Estado, contabilizada inicialmente a título de Fundo Patrimonial, de 1.000.000 de euros, acrescido do remanescente da verba recebida, também do Estado, a título de subsídio de instalação, no montante de 2.100.000 euros. Essa verba sobrança daquele subsídio fica a dever-se, designadamente, à opção tomada de não aquisição do local de instalação da Agência e foi assim contabilizado depois de obtido parecer favorável do Conselho Fiscal.

No que se refere à variação do Capital Próprio, em relação ao ano anterior, releva naturalmente a incorporação, em Resultados Transitados, do resultado alcançado no ano transacto, descontado do valor apurado em 2017 como resultado líquido do exercício, no montante de -1.139.121,58 euros.

O valor registado em "Outras variações no capital próprio" resulta da adopção do Novo Sistema de Normalização Contabilística, que aponta no sentido da transferência para esta rubrica de proveitos diferidos, anteriormente reconhecida no passivo, respeitante ao subsídio recebido do Estado e utilizado em "Despesas de investigação e desenvolvimento" e "Equipamento administrativo". Os bens adquiridos com este fim encontram-se já totalmente depreciados, restando ainda utilizar 48.975 euros deste subsídio.

4.4- PASSIVO CORRENTE

Os valores que constam do Passivo Corrente dizem exclusivamente respeito aos saldos que decorrem da actividade normal da Agência, como por exemplo, o pagamento de despesas correntes, a crédito, aos seus fornecedores. Em 2017, o prazo médio de pagamento a fornecedores foi ligeiramente encurtado e é, agora, de vinte e seis dias.

O valor inscrito como crédito de "Estado e outros Entes Públicos" diz respeito às retenções na fonte de IRS, efectuadas até 31 de Dezembro de 2017, sobre o valor pago a título de senhas de presença aos membros das comissões de avaliação externa e de salários pagos aos colaboradores, bem como as contribuições para regimes de protecção social (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações) que foram regularmente entregues ao Estado em Janeiro de 2018. Já o valor residual relativo a "Financiamentos obtidos", diz respeito ao capital por liquidar do novo contrato de *leasing* da viatura afecta ao Conselho de Administração, celebrado em Maio de 2017.

Por sua vez, o montante inscrito na rubrica "Outras contas a pagar" inclui, designadamente, a estimativa de encargos para férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais a pagar em 2018, mas respeitantes a direitos adquiridos em 2017, no valor de 193.352 euros, bem como o valor apurado das senhas de presença dos membros das CAE, a liquidar em 2018, mas referentes a processos de acreditação cujo trabalho tenha sido concluído até ao final do exercício de 2017, que ascendem ao valor de 304.687 euros. A regularização dos recebimentos de taxas com desfasamento entre a data contabilística e a data-valor do movimento, diminuiram, como era desejável, o saldo da conta "Clientes a debitar" que apresenta um valor residual de apenas 1.500 euros.

O desenvolvimento do montante registado em "Diferimentos", de 2.342.064 euros, pode ser observado no quadro seguinte (Quadro 1). Este valor é composto pelas taxas recebidas em 2017 ou anos anteriores, mas cujos procedimentos de avaliação e acreditação apenas terão lugar em 2018, sendo que é nesse exercício que esses processos gerarão os correspondentes gastos para a Agência.

QUADRO 1 - RECONHECIMENTOS E DIFERIMENTOS DE RENDIMENTOS EM 2017

Processo	ciclo	proveniente de 2016	origem em 2017	a diferir para 2018	Reconhecido em 2017
Novos Ciclos de Estudos	NCE/16	752.000,00 €	24.000,00 €	12.000,00 €	764.000,00 €
	NCE/17	0,00 €	823.500,00 €	823.500,00 €	0,00 €
Avaliação de Ciclos de Estudos em Funcionamento	ACEF/1314	4.000,00 €	0,00 €	0,00 €	4.000,00 €
	ACEF/1415	92.000,00 €	-4.000,00 €	0,00 €	88.000,00 €
	ACEF/1516	672.000,00 €		20.000,00 €	652.000,00 €
	ACEF/1617		144.000,00 €	144.000,00 €	0,00 €
	ACEF/1718		8.100,00 €	8.100,00 €	0,00 €
Renovação de Acreditação	PERA/1617	208.000 €	4.000 €	26.000 €	186.000 €
Acreditação Institucional	AINST/16		1.775.463 €	1.308.464 €	466.999 €
	ASIGQ	0,00 €	60.000,00 €	0,00 €	60.000,00 €
Outros	REVISÃO	0,00 €	60.000,00 €	0,00 €	60.000,00 €
	REEMBOLSOS	0,00 €	32.980,00 €	0,00 €	32.980,00 €
Total		1.728.000,00 €	2.928.043,00 €	2.342.064,00 €	2.313.979,00 €

4.5- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A terminar, e no que respeita à análise do balanço, refira-se que o Resultado Líquido do Exercício (RLE), no valor de -1.139.121,58 euros, cuja origem quantitativa se exporá no capítulo seguinte, apresenta um agravamento relativamente ao exercício anterior, no montante de 485.959 euros, que deriva essencialmente de três factores distintos:

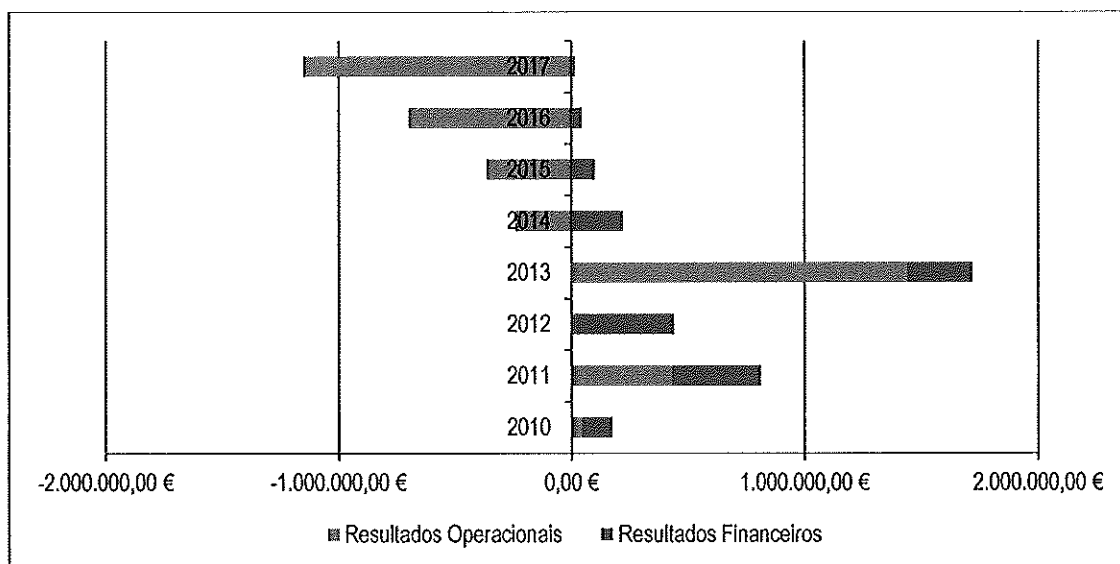
- A diminuição de 1.640.000 euros no montante reconhecido como rendimentos de taxas de avaliação de ciclos de estudos em funcionamento.
- Em sentido inverso, atenuam esta variação negativa nos resultados, a sua consequente diminuição dos gastos com Deslocações e Estadas (-194.981 euros) e a diminuição em senhas de presença a pagar aos membros das CAE ACEF (-483.600 euros).

- c) Contribui também para uma menor diminuição do RLE o reconhecimento da parcela das taxas de Acreditação Institucional, destinada à cobertura dos gastos fixos de funcionamento da A3ES, no montante de 466.999 euros.

Como foi notado, para esse resultado contribuem os rendimentos financeiros, no montante de 16.187 euros. Os resultados financeiros reflectem a tendência de baixa nas taxas de depósitos a prazo oferecidos no sistema bancário nacional. À semelhança do que se verificara já desde 2014, esta tendência negativa das taxas foi especialmente penalizadora também em 2017. Especialmente para as aplicações financeiras sem risco (vulgo depósitos a prazo), as únicas a que a A3ES tem vindo a recorrer.

A evolução dos dois principais componentes do RLE, os resultados operacionais e os resultados financeiros, pode ser observada no gráfico seguinte.

GRÁFICO 3 – COMPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO



5. ANÁLISE DA CONTA DE RESULTADOS

5.1- RENDIMENTOS (ANTES DENOMINADOS PROVEITOS)

O valor total dos Rendimentos subdivide-se entre as taxas cobradas, reembolsos por comparticipação de gastos e rendimentos financeiros, nomeadamente juros. Os rendimentos provenientes da cobrança de taxas no valor de 2.280.999 euros (Quadro 1) provêm das taxas de acreditação prévia de novos ciclos de estudos, no valor de 764.000 euros; das taxas de avaliação de ciclos de estudo em funcionamento, que ascendem a 744.000 euros; das taxas dos procedimentos especiais de renovação das creditações (PERA) no valor de 186.000,00 euros; das taxas devidas pela acreditação dos sistemas internos de garantia de qualidade das IES, no montante de 60.000 euros; 25% das taxas já cobradas e a cobrar em 2018, relativas à Acreditação Institucional, no

montante de 466.999 euros; e das taxas relativas aos procedimentos de recurso para o Conselho de Revisão, no valor de 60.000 euros. A somar a este montante, existe ainda um reconhecimento de rendimentos por conta de reembolso de despesas, no valor de 32.980 euros relativo à colaboração da Agência com o GAES de Macau, no desenvolvimento das suas "Guidelines on Program Review".

Ainda no capítulo dos Rendimentos, há a referir na conta de "Outros rendimentos e ganhos" a quantia de 18.291 euros que se desdobra em correcções do exercício anterior no montante de 54 euros; e montantes recebidos dos projectos de investigação em que a Agência está envolvida, no montante de 18.237 euros.

Os rendimentos financeiros são os juros das aplicações a prazo que se encontravam constituídas durante o ano de 2017 e que foram reconhecidos como proveito respeitando o princípio da especialização dos exercícios. Consideraram-se, assim, 16.187 euros como rendimentos financeiros deste exercício. Tendo em conta que a Agência faz aplicações regulares no tempo e que os montantes que estavam investidos no final do exercício foram sensivelmente os mesmos durante o ano, pode verificar-se que a rentabilidade média das aplicações desceu de forma significativa, de 0,60% para 0,22%, quando comparado este exercício de 2017 com o anterior, como se pode observar no quadro seguinte (Quadro 2).

Levando em consideração que a taxa média oferecida na banca para novas aplicações, no momento em que se elabora este relatório, ronda os 0,1%, é expectável que esta rentabilidade continue a diminuir no próximo exercício.

QUADRO 2 – RENTABILIDADE MÉDIA DOS MEIOS LÍQUIDOS

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Montante Aplicado	9.431.000,00 €	8.816.000,00 €	10.076.965,82 €	9.700.000,00 €	7.601.026,56 €	7.150.000,00 €
Resultados Financeiros	376.426,33 €	276.430,69 €	222.976,24 €	100.741,82 €	45.625,85 €	16.186,79 €
Rentabilidade Média	4,42%	3,13%	2,20%	1,04%	0,60%	0,22%

5.2- GASTOS (ANTES DENOMINADOS CUSTOS)

Como foi já mencionado, os valores reconhecidos como gastos durante o exercício de 2017 foram, sem surpresa, essencialmente, relativos a FSE's e Gastos com o Pessoal, incluindo-se nestes as retribuições aos membros das Comissões de Avaliação Externa. Estas apresentam, no entanto, em 2017, uma redução acentuada, sobretudo devida à inexistência de um ciclo de avaliações ACEF regular, como se verificara desde 2012, com a consequente diminuição do número de visitas efectuadas a Instituições de Ensino Superior. Esta redução provocou ainda variações negativas, especialmente nas rubricas de Deslocações e Estadas (-194.981 euros) e nas remunerações a pagar a membros das Comissões de Avaliação Externa (-479.400 euros). O montante de FSE's foi ainda afectado por outras variações negativas, já mencionadas, que totalizam uma poupança de 113.774 euros.

Ainda no que se refere às rubricas dos gastos, refira-se, por fim, que as depreciações do activo imobilizado continuam a ser efectuadas pelas taxas máximas permitidas e atingem, no fecho do ano, o montante de 17.725 euros.

6. ANÁLISE CONSOLIDADA DO PERÍODO 2009-2017

Com o objectivo de melhor contextualizar as contas deste exercício, apresentam-se agora alguns dados consolidados do período 2009 até 2017, ou seja, do primeiro ciclo completo de avaliações e acreditações executado pela A3ES desde a sua criação em 2008.

No Quadro 3 é apresentada uma demonstração de resultados relativa ao período referido, onde foram somadas todas as rubricas de gastos e rendimentos, por natureza, desde o exercício de 2009, inclusive.

QUADRO 3 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (2009-2017)

Rúbrica	2009-2017
RENDIMENTOS	
Acreditação Preliminar CEF	2 599 100,00 €
Avaliação de CEF (ACEF)	14 426 500,00 €
Auditorias ASIGQ	264 000,00 €
Novos Ciclos de Estudo (NCE)	8 394 800,00 €
Formação	24 600,00 €
Proc.Esp.Ren.Acreditação (PERA)	308 000,00 €
Avaliação Institucional	466 999,00 €
Recursos p/ Conselho de Revisão	456 000,00 €
Guidelines	15 520,00 €
Juros obtidos	1 564 013,49 €
Outros rendimentos (incluindo subsídios)	1 091 668,06 €
GASTOS	
Fornecimentos e Serviços Externos	5 826 307,75 €
Gastos com Pessoal	12 171 453,84 €
Pagamentos a CAE's	10 116 200,00 €
Outros gastos	468 080,64 €
RESULTADO LÍQUIDO	1 029 158,32 €

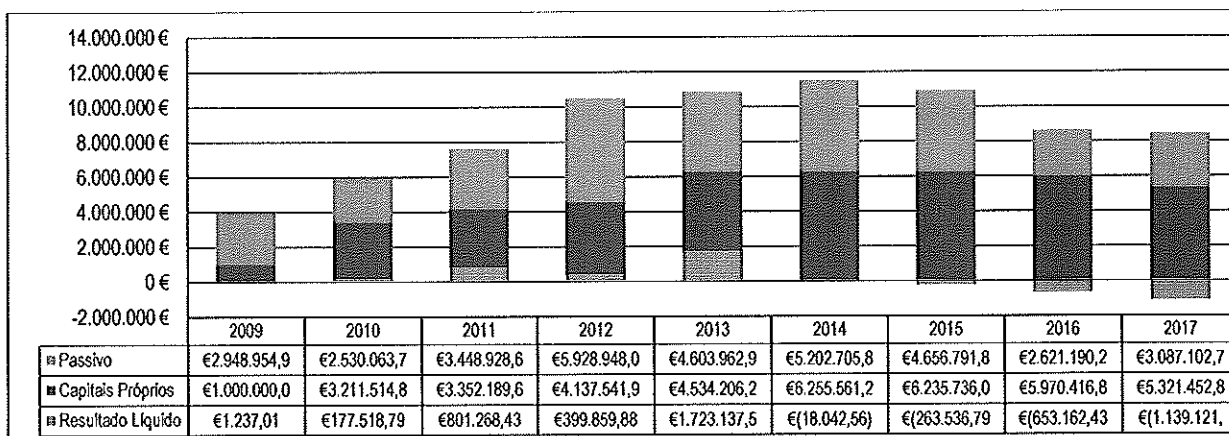
A informação aqui apresentada pode ser complementada com a evolução do passivo e capitais próprios ao longo do mesmo período. Através da análise do Gráfico 4 é possível verificar que a cobertura do passivo por parte dos capitais próprios se mantém num rácio saudável de 1,72 (o rácio de solvabilidade era de 2,28 em 2016).

É também possível observar que as variações patrimoniais ao longo do ciclo de avaliação/acreditação constituem uma curva típica de uma distribuição normal, tendo atingido o seu pico em 2013-2014, e estando agora, tal como se previu, na sua fase descendente.

Levando, aliás, em conta que à data de encerramento do exercício se encontram diferidos 2.342.064 euros de taxas e que durante o ano de 2018 voltarão a ser cobradas novamente taxas ACEF/1718 a um ritmo regular, a somar às já esperadas taxas NCE e PERA, é expectável que os resultados de exercícios futuros voltem para valores mais perto do equilíbrio de exploração ou, por outras palavras, que se tornem novamente positivos, desejavelmente a tender para resultados nulos e equilibrados, atendendo à natureza da actividade da Agência. Com isso melhorando novamente os indicadores de solvabilidade.

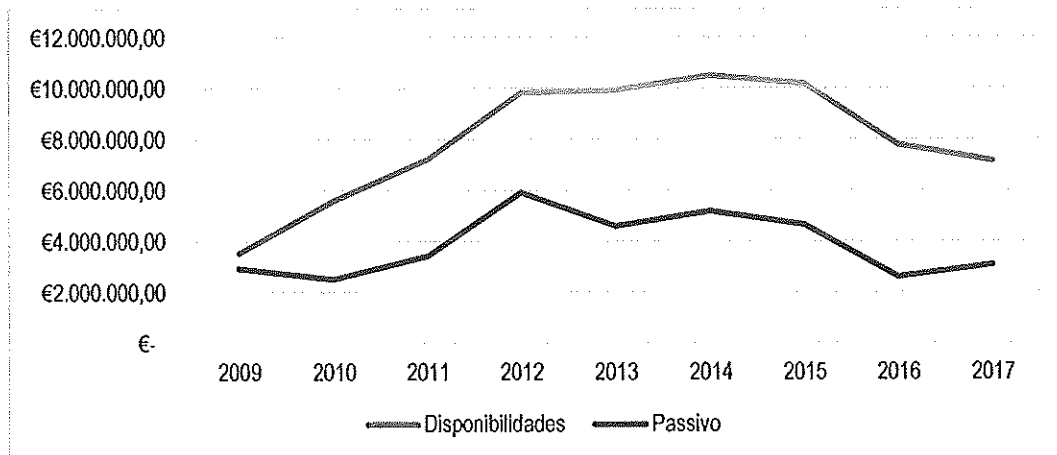
[Handwritten signatures and initials]

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO, CAPITAIS PRÓPRIOS E RLE (2009-2017)



Através da análise do Gráfico 5 é possível aferir a margem de segurança entre as disponibilidades e o passivo em cada exercício do período em análise, evidenciando que o rácio da liquidez geral se encontra em níveis elevados (2,32 contra 2,98 em 2016).

GRÁFICO 5 – COMPARAÇÃO ENTRE DISPONIBILIDADES E PASSIVO



Fica patente, através desta análise simplificada, que ao equilíbrio financeiro notado pela elevada solvabilidade, ausência de endividamento e liquidez geral elevada, associada aos meios financeiros disponíveis no fim do exercício, corresponde também um equilíbrio dos resultados operacionais, considerando todo o ciclo de avaliação, tendo sido obtido um excedente de exploração ligeiramente superior a um milhão de euros no período dos nove exercícios considerados.


É tudo quanto de relevante há a referir neste relato que, como acima se disse, complementa o Relatório de Actividades de 2017, apresentado também neste momento.

Lisboa, 12 de Abril de 2018

O Conselho de Administração,



Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral



Jacinto Jorge Carvalhal



João Alexandre Botelho Duarte Silva



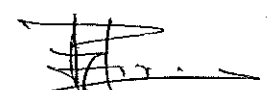
Sérgio Machado dos Santos



Maria Teresa Duarte



José António Sarsfield Cabral



Armando Pires